


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900,
Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail: sp2falencias@tjsp.jus.br

CONCLUSÃO

Em 17 de outubro de 2024 faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais, Dr. Ralpho Waldo De Barros Monteiro Filho. Eu, LUCIMAURO GARCIA, Assistente Judiciário, *subscrevi*.

DECISÃO

Processo nº: **1155906-20.2024.8.26.0100**
 Classe - Assunto: **Recuperação Judicial - Classificação de créditos**
 Requerente: **Comercial Mabruk Ltda**
 Requerido: **O Juízo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ralpho Waldo De Barros Monteiro Filho**

Vistos.

Trata-se de ***pedido de recuperação judicial*** formulado por **COMERCIAL MABRUK LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 74.659.186/0001-21, com sede à Rua Alberto Nepomuceno, 68, Vila Dom Pedro I, São Paulo/SP, CEP 04270-030, distribuído em 26/09/2024.

Alega a Requerente que suas atividades iniciaram em 1994, com foco na participação de licitações nas esferas estaduais, municipais e federais, fornecendo aos entes públicos utensílios de aço inox, tais como: talheres, facas, plásticos, como colher em polietileno, placas em polietileno, bacias plásticas, kit de merendas escolar, potes plásticos, caixas para acondicionamento doméstico, caixas para transporte em geral etc.

Aponta, em síntese, como causas da crise: **(i)** Efeitos da crise econômica causada pela COVID-19, havendo alta de juros e inflação; **(ii)** Escassez de insumos para fabricação de seus produtos, demora nas entregas, o exponencial aumento dos fretes e a falta de mão de obra; **(iii)** Novas contratações de empréstimos, para assim manter suas atividades e honrar com o pagamento de seus fornecedores, porém, desta vez com juros mais altos, já que as linhas de crédito mais baratas foram canceladas.

Alega, por fim, que se encontra em momentânea crise econômico-financeira e que a recuperação judicial, ao permitir a reestruturação de seu endividamento, é ferramenta necessária

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900,
Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail: sp2falencias@tjsp.jus.br

para manutenção da atividade empresarial e de seus consectários econômicos e sociais.

Pela análise da narrativa inicial e dos documentos juntados pela requerente, verifica-se que estão presentes os requisitos formais previstos nos artigos 48 e 51 da Lei 11.101/05, aptos a autorizar o processamento da recuperação judicial das Requerentes neste juízo. Estando presentes os requisitos formais previstos nos artigos 48 e 51 da Lei 11.101/05, **DEFIRO** o processamento da RECUPERAÇÃO JUDICIAL de COMERCIAL MABRUK LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 74.659.186/0001-21, com sede à Rua Alberto Nepomuceno, 68, Vila Dom Pedro I, São Paulo/SP, CEP 04270-030, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/05.

Determino, ainda, o seguinte:

1. A nomeação, como Administradora Judicial, de **PINHEIRO E MARCONDES MACHADO SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, CNPJ/MF nº 33.751.782/0001-50, representada por Rubens Lobato Pinheiro Neto, advogado inscrito na OAB/SP 324.219, com endereço na Rua Francisquinho Dias, nº 760, salas 3 e 7, Centro (Office Premium), São José do Rio Pardo/SP, CPE: 13720-000, Tel. (19) 3608-5080, E-mail: rj.comercialmabruk@pmmadv.com.br, devendo prestar compromisso em 48 horas, ficando autorizada a intimação via e-mail institucional;

1.1. No prazo 15 dias, deverá a Administradora Judicial apresentar sua proposta de honorários, os quais deverão englobar eventuais profissionais que o auxiliarão no cumprimento dos seus deveres;

1.2. Quanto aos relatórios mensais, previstos na alínea c do inciso II do art. 22 da Lei 11.101/05, deverá a Administradora Judicial protocolar o primeiro relatório como incidente à recuperação judicial, por meio do peticionamento intermediário, no prazo de 30 (trinta) dias, evitando sua juntada nos autos principais, sendo que os relatórios mensais subsequentes deverão ser, sempre, direcionados ao incidente já instaurado;

1.3. Nas correspondências a serem enviadas aos credores, deverá a Administradora Judicial solicitar a indicação dos respectivos dados bancários, para fins de recebimento de valores que forem assumidos como devidos nos termos do plano de recuperação, caso aprovado, evitando-se, assim, a realização de pagamentos por meio de depósito em conta judicial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900,
Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail: sp2falencias@tjsp.jus.br

2. A apresentação, pela Recuperanda, de contas demonstrativas mensais, até o dia 20 do mês seguinte, diretamente à Administradora Judicial, enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição dos seus controladores e administradores;

2.1. Sem prejuízo, à Recuperanda, caberá entregar mensalmente à Administradora Judicial os documentos por ela solicitados e, ainda, extratos de movimentação de todas as suas contas bancárias e documentos de recolhimento de impostos e encargos sociais, bem como demais verbas trabalhistas a fim de que possam ser fiscalizadas as atividades de forma adequada e verificada eventual ocorrência de hipótese prevista no art. 64 da Lei 11.101/05.

3. Pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos fica **(i)** suspenso o curso da prescrição das obrigações da devedora sujeitas ao regime da LREF; **(ii)** suspensas as execuções ajuizadas contra a devedora, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial, e **(iii)** proibida qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens da devedora, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial;

3.1. As ações que demandem quantia ilíquida terão prosseguimento no juízo no qual estiver se processando, sendo, no entanto, da competência deste Juízo determinar a suspensão dos atos de constrição que recaiam sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial durante o prazo de suspensão.

4. A intimação eletrônica do Ministério Público e das Fazendas Públicas Federal, dos Estados e Municípios em que a Recuperanda tiver estabelecimento, a fim de que tomem conhecimento da recuperação judicial e informem eventuais créditos perante a Recuperanda, para divulgação aos demais interessados;

4.1. Havendo filiais em outros Estados, a própria Recuperanda deverá providenciar a intimação, comprovando-o nos autos no prazo de 10 dias.

5. A comunicação às Juntas Comerciais em que a Recuperanda tiver estabelecimento quanto à presente decisão.

Servirá cópia desta, assinada digitalmente, como OFÍCIO, devendo a Recuperanda encaminhar, para maior celeridade, mediante protocolo físico ou eletrônico,

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900,
Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail: sp2falencias@tjsp.jus.br

comprovando-o nos autos no prazo de 10 dias.

6. A expedição de edital, na forma do §1º do artigo 52, da Lei 11.101/05, com o prazo de 15 (quinze) dias para habilitações ou divergências aos créditos relacionados pela Recuperanda, que deverão ser apresentadas diretamente à Administradora Judicial por meio do endereço eletrônico (e-mail): rj.comercialmabruk@pmmadv.com.br, que deverá constar do edital;

6.1. Fica autorizada a publicação do edital em versão resumida;

6.2. Eventuais habilitações ou divergências administrativas, a serem dirigidas à Administradora Judicial deverão ser digitalizadas e encaminhadas diretamente à Administradora Judicial SOMENTE através do referido e-mail, criado especificamente para este fim e informado no edital a ser publicado;

6.3. Habilitações ou divergências de crédito relativas à fase administrativa de apuração dos créditos protocolizadas nos autos do processo serão desconsideradas, diante de sua inadequação processual;

6.4. Concedo o prazo de 48 horas para que a Recuperanda apresente a minuta do edital, em formato de texto, diretamente ao Cartório, através do endereço eletrônico (e-mail): sp2falencias@tjsp.jus.br;

6.5. Caberá à z. Serventia calcular o valor a ser recolhido para publicação do referido edital, intimando, por telefone e/ou mensagem eletrônica, o(a) advogado(a) da Recuperanda, para recolhimento em 24 horas;

6.6. Providencie a Recuperanda e a Administradora Judicial a disponibilização do edital em sítio eletrônico próprio dedicado à recuperação judicial;

6.7. Deverá também a Recuperanda providenciar a publicação do edital em jornal de grande circulação no prazo de 05 dias, ficando igualmente autorizada a publicação de versão resumida;

6.8. Deverá a Administradora Judicial, quando da apresentação da relação prevista no art. 7º, § 2º, da Lei 11.101/05, também providenciar à serventia judicial minuta do respectivo edital, em mídia e em formato de texto, para sua regular publicação na Imprensa Oficial;

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900,
Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail: sp2falencias@tjsp.jus.br

6.9. Fica autorizada a publicação de versão resumida;

6.10. Publicada a relação de credores apresentada pela Administradora Judicial (art. 7º, § 2º), eventuais impugnações (art. 8º) e habilitações retardatárias deverão ser interpostas pelo peticionamento eletrônico inicial, por dependência ao processo principal, nos termos do Comunicado nº 219/2018, iniciando-se a fase judicial de apuração de créditos;

6.11. Não deverão ser juntadas impugnações ou habilitações relativas à fase judicial de apuração dos créditos nos autos do processo de Recuperação Judicial (art. 8º, parágrafo único). Observo, neste tópico, que: **(i)** serão consideradas habilitações retardatárias aquelas que deixaram de observar o prazo legal previsto no art. 7º, § 1º, da Lei 11.101/05, as quais serão recebidas como impugnação e processadas na forma dos arts. 13 a 15 (da LRF), e estarão sujeitas ao recolhimento de custas, nos termos do art. 10, caput e § 5º, da Lei 11.101/05 e da Lei Estadual 15.760/15, que alterou o disposto no § 8º do art. 4º da Lei Estadual n. 11.608/03; **(ii)** as impugnações que não observarem o prazo previsto no artigo 8º da Lei 11.101/05 também estarão sujeitas ao recolhimento de custas; e **(iii)** caso as impugnações sejam apresentadas pela própria Recuperanda deverão ser recolhidas as taxas para intimação postal do impugnado, fazendo constar em sua peça inicial o endereço completo do impugnado (logradouro, número - inclusive nº bloco e do apartamento, se houver -, bairro, CEP, cidade e estado), além do recolhimento das custas, caso não observado o prazo previsto no artigo 8º, da Lei 11.101/05;

6.12. Relativamente aos créditos referentes às condenações em ações que tiveram curso pela Justiça do Trabalho, com trânsito em julgado, representados por certidões emitidas pelo respectivo Juízo, deverão ser encaminhadas diretamente à Administradora Judicial, através do e-mail rj.comercialmabruk@pmmadv.com.br;

6.13. A Administradora Judicial deverá, nos termos do art. 6º, §2º, da Lei 11.101/05, providenciar a inclusão no Quadro Geral de Credores depois de conferir os cálculos da condenação, adequando-a aos termos determinados pela Lei 11.101/05. O valor apurado pela Administradora Judicial deverá ser informado nos autos da recuperação judicial para ciência aos interessados e, além disso, o credor deverá ser comunicado da inclusão de seu crédito por correspondência eletrônica enviada diretamente pela Administradora Judicial ao credor ou ao seu advogado constituído;

6.14. Caso o credor discorde do valor incluído pela Administradora Judicial,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

 Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900,
 Fone: (11) 3538-9313, São Paulo-SP - E-mail: sp2falencias@tjsp.jus.br

deverá ajuizar impugnação de crédito, em incidente próprio.

7. Considerando o disposto no artigo 189, § 1º, I da Lei 11.101/05, recentemente alterado pela Lei 14.112/2020, todos os prazos previstos na referida lei ou que dela decorram devem ser contados em dias corridos, aplicando-se, de forma subsidiária, a Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), nos termos do caput do referido artigo.

8. Por fim, diante dos argumentos e dos documentos trazidos pela Recuperanda, **DEFIRO** o pedido liminar esposado às fls. 245/248 dispensando a Recuperanda da apresentação de certidões negativas para que exerça suas atividades, observado o disposto no §3º do art. 195 da Constituição Federal e nos arts. 52, II, e 69, da Lei 11.101/05. Int.

Int.

São Paulo, 17 de outubro de 2024.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 2825/2024, foi disponibilizado no Diário de Justiça Eletrônico em 21/10/2024. Considera-se a data de publicação em 22/10/2024, primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização.

Advogado
Claudia Preturlan Ribeiro (OAB 150115/SP)

Teor do ato: "Vistos. Trata-se de pedido de recuperação judicial formulado por COMERCIAL MABRUK LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 74.659.186/0001-21, com sede à Rua Alberto Nepomuceno, 68, Vila Dom Pedro I, São Paulo/SP, CEP 04270-030, distribuído em 26/09/2024. Alega a Requerente que suas atividades iniciaram em 1994, com foco na participação de licitações nas esferas estaduais, municipais e federais, fornecendo aos entes públicos utensílios de aço inox, tais como: talheres, facas, plásticos, como colher em polietileno, placas em polietileno, bacias plásticas, kit de merendas escolar, potes plásticos, caixas para acondicionamento doméstico, caixas para transporte em geral etc. Aponta, em síntese, como causas da crise: (i) Efeitos da crise econômica causada pela COVID-19, havendo alta de juros e inflação; (ii) Escassez de insumos para fabricação de seus produtos, demora nas entregas, o exponencial aumento dos fretes e a falta de mão de obra; (iii) Novas contratações de empréstimos, para assim manter suas atividades e honrar com o pagamento de seus fornecedores, porém, desta vez com juros mais altos, já que as linhas de crédito mais baratas foram canceladas. Alega, por fim, que se encontra em momentânea crise econômico-financeira e que a recuperação judicial, ao permitir a reestruturação de seu endividamento, é ferramenta necessária para manutenção da atividade empresarial e de seus consectários econômicos e sociais. Pela análise da narrativa inicial e dos documentos juntados pela requerente, verifica-se que estão presentes os requisitos formais previstos nos artigos 48 e 51 da Lei 11.101/05, aptos a autorizar o processamento da recuperação judicial das Requerentes neste juízo. Estando presentes os requisitos formais previstos nos artigos 48 e 51 da Lei 11.101/05, DEFIRO o processamento da RECUPERAÇÃO JUDICIAL de COMERCIAL MABRUK LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 74.659.186/0001-21, com sede à Rua Alberto Nepomuceno, 68, Vila Dom Pedro I, São Paulo/SP, CEP 04270-030, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/05. Determino, ainda, o seguinte: 1. A nomeação, como Administradora Judicial, de PINHEIRO E MARCONDES MACHADO SOCIEDADE DE ADVOGADOS, CNPJ/MF nº 33.751.782/0001-50, representada por Rubens Lobato Pinheiro Neto, advogado inscrito na OAB/SP 324.219, com endereço na Rua Francisquinho Dias, nº 760, salas 3 e 7, Centro (Office Premium), São José do Rio Pardo/SP, CPE: 13720-000, Tel. (19) 3608-5080, E-mail: rj.comercialmabruk@pmmadv.com.br, devendo prestar compromisso em 48 horas, ficando autorizada a intimação via e-mail institucional; 1.1. No prazo 15 dias, deverá a Administradora Judicial apresentar sua proposta de honorários, os quais deverão englobar eventuais profissionais que o auxiliarão no cumprimento dos seus deveres; 1.2. Quanto aos relatórios mensais, previstos na alínea c do inciso II do art. 22 da Lei 11.101/05, deverá a Administradora Judicial protocolar o primeiro relatório como incidente à recuperação judicial, por meio do peticionamento intermediário, no prazo de 30 (trinta) dias, evitando sua juntada nos autos principais, sendo que os relatórios mensais subsequentes deverão ser, sempre, direcionados ao incidente já instaurado; 1.3. Nas correspondências a serem enviadas aos credores, deverá a Administradora Judicial solicitar a indicação dos respectivos dados bancários, para fins de recebimento de valores que forem assumidos como devidos nos termos do plano de recuperação, caso aprovado, evitando-se, assim, a realização de pagamentos por meio de depósito em conta judicial. 2. A apresentação, pela Recuperanda, de contas demonstrativas mensais, até o dia 20 do mês seguinte, diretamente à Administradora Judicial, enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição dos seus controladores e administradores; 2.1. Sem prejuízo, à Recuperanda, caberá entregar mensalmente à Administradora Judicial os documentos por ela solicitados e, ainda, extratos de movimentação de todas as suas contas bancárias e documentos de recolhimento de impostos e encargos sociais, bem como demais verbas trabalhistas a fim de que possam ser fiscalizadas as atividades de forma adequada e verificada eventual ocorrência de hipótese prevista no art. 64 da Lei 11.101/05. 3. Pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos fica (i) suspenso o curso da prescrição das obrigações da devedora sujeitas ao regime da LREF; (ii) suspensas as execuções ajuizadas contra a devedora, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações

sujeitos à recuperação judicial, e (iii) proibida qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens da devedora, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial; 3.1. As ações que demandem quantia ilíquida terão prosseguimento no juízo no qual estiver se processando, sendo, no entanto, da competência deste Juízo determinar a suspensão dos atos de constrição que recaiam sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial durante o prazo de suspensão. 4. A intimação eletrônica do Ministério Público e das Fazendas Públicas Federal, dos Estados e Municípios em que a Recuperanda tiver estabelecimento, a fim de que tomem conhecimento da recuperação judicial e informem eventuais créditos perante a Recuperanda, para divulgação aos demais interessados; 4.1. Havendo filiais em outros Estados, a própria Recuperanda deverá providenciar a intimação, comprovando-o nos autos no prazo de 10 dias. 5. A comunicação às Juntas Comerciais em que a Recuperanda tiver estabelecimento quanto à presente decisão. Servirá cópia desta, assinada digitalmente, como OFÍCIO, devendo a Recuperanda encaminhar, para maior celeridade, mediante protocolo físico ou eletrônico, comprovando-o nos autos no prazo de 10 dias. 6. A expedição de edital, na forma do §1º do artigo 52, da Lei 11.101/05, com o prazo de 15 (quinze) dias para habilitações ou divergências aos créditos relacionados pela Recuperanda, que deverão ser apresentadas diretamente à Administradora Judicial por meio do endereço eletrônico (e-mail): rj.comercialmabruk@pmmadv.com.br, que deverá constar do edital; 6.1. Fica autorizada a publicação do edital em versão resumida; 6.2. Eventuais habilitações ou divergências administrativas, a serem dirigidas à Administradora Judicial deverão ser digitalizadas e encaminhadas diretamente à Administradora Judicial SOMENTE através do referido e-mail, criado especificamente para este fim e informado no edital a ser publicado; 6.3. Habilitações ou divergências de crédito relativas à fase administrativa de apuração dos créditos protocolizadas nos autos do processo serão desconsideradas, diante de sua inadequação processual; 6.4. Concedo o prazo de 48 horas para que a Recuperanda apresente a minuta do edital, em formato de texto, diretamente ao Cartório, através do endereço eletrônico (e-mail): sp2falencias@tjsp.jus.br; 6.5. Caberá à z. Serventia calcular o valor a ser recolhido para publicação do referido edital, intimando, por telefone e/ou mensagem eletrônica, o(a) advogado(a) da Recuperanda, para recolhimento em 24 horas; 6.6. Providencie a Recuperanda e a Administradora Judicial a disponibilização do edital em sítio eletrônico próprio dedicado à recuperação judicial; 6.7. Deverá também a Recuperanda providenciar a publicação do edital em jornal de grande circulação no prazo de 05 dias, ficando igualmente autorizada a publicação de versão resumida; 6.8. Deverá a Administradora Judicial, quando da apresentação da relação prevista no art. 7º, § 2º, da Lei 11.101/05, também providenciar à serventia judicial minuta do respectivo edital, em mídia e em formato de texto, para sua regular publicação na Imprensa Oficial; 6.9. Fica autorizada a publicação de versão resumida; 6.10. Publicada a relação de credores apresentada pela Administradora Judicial (art. 7º, § 2º), eventuais impugnações (art. 8º) e habilitações retardatárias deverão ser interpostas pelo peticionamento eletrônico inicial, por dependência ao processo principal, nos termos do Comunicado nº 219/2018, iniciando-se a fase judicial de apuração de créditos; 6.11. Não deverão ser juntadas impugnações ou habilitações relativas à fase judicial de apuração dos créditos nos autos do processo de Recuperação Judicial (art. 8º, parágrafo único). Observo, neste tópico, que: (i) serão consideradas habilitações retardatárias aquelas que deixaram de observar o prazo legal previsto no art. 7º, § 1º, da Lei 11.101/05, as quais serão recebidas como impugnação e processadas na forma dos arts. 13 a 15 (da LRF), e estarão sujeitas ao recolhimento de custas, nos termos do art. 10, caput e § 5º, da Lei 11.101/05 e da Lei Estadual 15.760/15, que alterou o disposto no § 8º do art. 4º da Lei Estadual n. 11.608/03; (ii) as impugnações que não observarem o prazo previsto no artigo 8º da Lei 11.101/05 também estarão sujeitas ao recolhimento de custas; e (iii) caso as impugnações sejam apresentadas pela própria Recuperanda deverão ser recolhidas as taxas para intimação postal do impugnado, fazendo constar em sua peça inicial o endereço completo do impugnado (logradouro, número - inclusive nº bloco e do apartamento, se houver -, bairro, CEP, cidade e estado), além do recolhimento das custas, caso não observado o prazo previsto no artigo 8º, da Lei 11.101/05; 6.12. Relativamente aos créditos referentes às condenações em ações que tiveram curso pela Justiça do Trabalho, com trânsito em julgado, representados por certidões emitidas pelo respectivo Juízo, deverão ser encaminhadas diretamente à Administradora Judicial, através do e-mail rj.comercialmabruk@pmmadv.com.br; 6.13. A Administradora Judicial deverá, nos termos do art. 6º, §2º, da Lei 11.101/05, providenciar a inclusão no Quadro Geral de Credores depois de conferir os cálculos da condenação, adequando-a aos termos determinados pela Lei 11.101/05. O valor apurado pela Administradora Judicial deverá ser informado nos autos da recuperação judicial para ciência aos interessados e, além disso, o credor deverá ser comunicado da inclusão de seu crédito por correspondência eletrônica enviada diretamente pela Administradora Judicial ao credor ou ao seu advogado constituído; 6.14. Caso o credor discorde do valor incluído pela Administradora Judicial, deverá ajuizar impugnação de crédito, em incidente próprio. 7. Considerando o disposto no artigo 189, § 1º, I da Lei 11.101/05, recentemente alterado pela Lei 14.112/2020, todos os prazos previstos na referida lei ou que dela decorram devem ser contados em dias corridos, aplicando-se, de forma subsidiária, a Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), nos termos do caput do referido artigo. 8. Por fim, diante dos argumentos e dos documentos trazidos pela Recuperanda, DEFIRO o pedido liminar esposado às fls. 245/248 dispensando a Recuperanda da apresentação de certidões negativas para que exerça suas atividades, observado o disposto no §3º do art.

TJ/SP - COMARCA DE SÃO PAULO
Certidão - Processo 1155906-20.2024.8.26.0100

Emitido em: 19/10/2024 17:16
Página: 3

195 da Constituição Federal e nos arts. 52, II, e 69, da Lei 11.101/05. Int. Int."

SÃO PAULO, 19 de outubro de 2024.

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

Processo nº 1155906-20.2024.8.26.0100

Recuperação Judicial

PINHEIRO E MARCONDES MACHADO SOCIEDADE DE
ADVOGADOS, representada pelo advogado RUBENS LOBATO PINHEIRO NETO, administradora judicial nomeada nos autos da recuperação judicial de Comercial Mabruk Ltda., já qualificada nos autos, vem à presença de Vossa Excelência, em atenção a r. decisão de fls. 287/292, expor e requerer o quanto segue.

I – DA NOMEAÇÃO DESTA ADMINISTRADORA JUDICIAL

Inicialmente esta administradora judicial agradece a confiança depositada e a honrosa nomeação judicial realizada neste processo, pontuando que aceita o encargo e cumprirá integralmente todas as atividades atribuídas ao administrador judicial na lei nº 11.101/2005, ficando à disposição, deste MM. Juízo para o que for necessário ao bom deslinde do feito, juntando-se, nesta oportunidade, o termo de compromisso de administrador judicial, assinado eletronicamente.

II – DA INDICAÇÃO DA EQUIPE DA ADMINISTRADORA JUDICIAL

Para o auxílio no exercício e cumprimento de suas incumbências iniciais neste processo, a administradora judicial indica os seguintes profissionais: Rubens Lobato Pinheiro Neto, advogado inscrito na OAB/SP 324.219, Ana Luiza Marcondes Machado Santos de Paula Pinheiro, advogada inscrita na OAB/SP sob nº 384.706, Leonardo Patrocínio Mantovani, advogado inscrito na OAB/SP sob o nº 510.642, Daniel Maloste Faconi, advogado inscrito na OAB/SP sob nº 508.119, Isllen Silva Porto, contadora inscrita no CRC/RJ nº 118.392/0, Jéssica Nicolas Pinheiro, contadora e administradora inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob nº 405.701.958-88, Rubens Lobato Pinheiro Filho, perito judicial inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob nº 057.654.538-48, Renato Ribeiro Giovanelli, assistente jurídico, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob nº 366.922.428-94.

III - DO CONTATO DA ADMINISTRADORA JUDICIAL PARA ENVIO DAS HABILITAÇÕES E DIVERGÊNCIAS E/OU OUTROS ASSUNTOS PERTINENTES A ESTE PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Informa a Administradora Judicial que constituiu e-mail próprio para esta recuperação judicial, de forma que os credores poderão encaminhar seus questionamentos ao referido endereço eletrônico, bem como, e de forma oportuna, suas habilitações e divergências ao e-mail: rj.comercialmabruk@pmmadv.com.br.

As habilitações e divergências poderão ser direcionadas ainda ao endereço do escritório da administradora judicial, situado à Rua Francisquinho Dias, nº 760, salas 3 e 7, Centro, São José do Rio Pardo-SP, CEP: 13720-037, devendo atentarem-se os credores, com o prazo legal.

Lembra, tão somente, que o prazo quinzenal para o encaminhamento das habilitações e divergências iniciar-se-á após a publicação do edital do artigo 52, §1º da lei nº 11.101/2005.

IV – DO ENVIO DAS CORRESPONDÊNCIAS

Esclarece a administradora judicial que as correspondências previstas no artigo 22, I da lei nº 11.101/2005 já estão sendo confeccionadas para consequente envio aos credores.

Tão logo haja a expedição das cartas pelos Correios, a administradora judicial juntará cópia das correspondências enviadas, bem como, comprovante de postagem.

V – DEMAIS PROVIDÊNCIAS

Declara ainda sua ciência quanto às demais providências relacionadas na r. decisão de fls. 287/292, destacando que todas elas serão devidamente cumpridas no prazo e forma exigidos.

VI – CONCLUSÃO

Por fim, esta administradora judicial se coloca à disposição para eventuais questionamentos e/ou esclarecimentos que se fizerem necessários, agradecendo, novamente, a V. Exa., a confiança depositada na honrosa nomeação realizada.

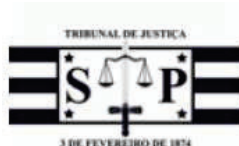
Nestes termos,

Pede deferimento.

São Paulo-SP, 21 de outubro de 2024.

PINHEIRO E MARCONDES MACHADO SOCIEDADE DE ADVOGADOS

(Rubens Lobato Pinheiro Neto, OAB/SP 324.219)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813\1815 – 18º andar, Centro – CEP 01501-900,

Fone: (11) 2171-6506, São Paulo – SP – E-mail: sp2falenciais@tjsp.jus.br

TERMO DE COMPROMISSO DE ADMINISTRADOR JUDICIAL

Processo Digital nº **1155906-20.2024.8.26.0100**
 Classe: Assunto: **Recuperação Judicial – Classificação de Créditos**
 Requerente: **Comercial Mabruk Ltda.**

O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível, Dr. RALPHO WALDO DE BARROS MONTEIRO FILHO, determinou a lavratura deste termo, conforme r. decisão proferida em 17 de outubro de 2024 que **nomeou ADMINISTRADOR JUDICIAL** a empresa:

PINHEIRO E MARCONDES MACHADO SOCIEDADE DE ADVOGADOS, CNPJ. 33.751.782/0001-50, representada por Rubens Lobato Pinheiro Neto, advogado inscrito na OAB/SP 324.219, com endereço à Rua Francisquinho Dias, nº 760, salas 3 e 7, Centro (Office Premium) São José do Rio Pardo-SP, CEP: 13720-000 - Tel. (19) 3608-5080 – endereço eletrônico: rj.comercialmabruk@pmmadv.com.br

A quem o MM. Juiz deferiu o compromisso de bem e fielmente desempenhar o cargo de Administrador Judicial e assumir todas as responsabilidades a ele inerentes nos autos da ação em epígrafe. Prestado o compromisso, nesta data, prometeu exercer o cargo com absoluta fidelidade, sob as penas da Lei 11.101/2005. **NADA MAIS.** O presente termo foi lavrado e, achado conforme, segue assinado. São Paulo, 21/10/2024.

(assinado eletronicamente)

ADMINISTRADOR JUDICIAL

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**